



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

Memórias disciplinares embargadas, ?cidades ?da ditadura? e a política habitacional brasileira como política de consentimento, 1964-1974

Autoria: Igor Vitorino da Silva (capes)

Nesta apresentação oral, discutimos como parte da literatura que se dedica à política habitacional brasileira comunga uma memória disciplinar, nascida da militância de seus produtores em oposição ao regime autoritário, destacando como esta ainda hoje vigora como efeito de verdade naquele campo de conhecimento em relação à compreensão daquela política pública no contexto dos governos militares. Além disso, realçamos como as transformações no cotidiano impostas pela crise da ditadura militar (1974-1985) alimentaram ou uma maneira de interpretar o passado imediato (ditadura militar, o milagre brasileiro), compartilhada especialmente pelos militantes políticos e suas vítimas, o que embargava, de certa maneira, a enunciação, voluntária ou não, de positividade em relação àquele, minimizando, em tom de manipulação, má-fé e superficialidade, suas tentativas de produção de consentimento e legitimação. Dado o intenso processo de fragmentação e dispersão do conhecimento histórico, assim como a escassa valorização no



debate público das produções historiográficas, essas memórias disciplinares são continuamente retomadas em works acadêmicos, configurando imaginários profissionais e pessoais, em torno do lugar dessas políticas no Regime Militar enquanto desvios, corrupção e imbróglia político ou meramente funcionalidade do processo de modernização. Tal situação grava-se quando, também, toda política editorial desses campos de conhecimentos nos quais essas memórias circulavam : livros, revistas, assim como intervenções públicas e celebrações de registros autobiográficos e institucionais. Entretanto, enquanto fonte histórica dos períodos em que foram produzidas e discursos registrados registros discursos de sujeitos que foram ou não beneficiados pelas políticas sociais estas podem colaborar para que o historiador recolha ou pince depoimentos e informações que apontem a contrapelo dos objetivos enunciados por boa parte daquela literatura especializada a importância das políticas sociais na configuração da vida cotidiana do Regime Militar, assim como as preocupações ? reais e imaginárias ? dos governos militares em administrarem a questão social. De fato, ao buscarem desenhar as condições das políticas públicas militares tendo como foco o levantamento de suas contradições e a crítica apropriação privada dos seus benefícios, essa literatura especializada acabou, também, desenhando, mesmo sem perceber ou ter como objeto, por meio através de enquetes, diários de campos, entrevistas e arquivamentos de textos e jornais - como os das pessoas comuns que construíam suas vidas e buscavam produzir previsibilidade num contexto de transformação social e econômica, o que não será abordado profundamente neste momento.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: